



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004184-40.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Multas e demais Sanções**  
 Requerente: **Turino e Oliveira Ltda Epp**  
 Requerido: **Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo - Detran**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

#### **Dispensado o relatório. Decido.**

Trata-se de ação em que a empresa-autora, que atua na comercialização de veículos novos e usados, pede a anulação do auto de infração copiado às folhas 22, sob os fundamentos de que (a) o veículo autuado jamais saiu de dentro do estabelecimento onde estava exposto à venda, de maneira que não pode ter se envolvido na infração que constitui objeto do ato administrativo impugnado (b) as razões de defesa apresentada pela empresa-autora no âmbito administrativo foram simplesmente desconsideradas (c) houve falha na tipificação da conduta descrita, porquanto o seu enquadramento é no cód. 5274-1 e não no cód. 5274-2.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC, uma vez, no presente caso, somente tem pertinência a prova documental, que deveria ter sido produzida até o presente momento, seja (a) por força do disposto no art. 434 do CPC (b) porque o art. 9º da Lei nº 12.153/09 obriga a entidade ré a fornecer ao juizado toda a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, até a audiência de conciliação, e no presente caso, não tendo havido a referida audiência, logicamente o termo limite o o da contestação, porque esta deveria, pelo rito do juizado, ser apresentada até a referida audiência (c) porque na decisão inicial, folhas 29, último parágrafo, item 'b', houve expressa advertência de que o réu deveria apresentar cópia integral do



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

processo administrativo, no prazo da contestação, pena de se presumir a ilegalidade do ato.

A ação é procedente.

**Cabe, num primeiro momento, salientar que o julgamento é proferido sem que esteja nos autos cópia integral do processo administrativo por inércia do réu, a quem foi atribuído o ônus de trazê-la aos autos, já na decisão inicial, inclusive com a cominação das consequência da inércia. Sendo assim, o efeito negativo advindo de se não ter aqui todo o procedimento deve ser carreado ao réu, não à autora.**

A autora instruiu a inicial com documentos demonstrando, ainda que não de modo exauriente, a aparente vagueza e impertência pelo menos de um dos motivos apresentados pela ré para, em primeira instância, rejeitar a defesa prévia, confira-se folha 24.

Como a autora alegou que houve alguma falha na autuação vez que o veículo, na data e horário dos fatos, estaria no interior do estabelecimento comercial e não poderia ter se envolvido na infração, nota-se a impertência do fundamento no sentido de que "o interessado não fez prova de que era o condutor à época da infração", porque não era essa a questão em debate.

A autora demonstrou, ainda, às folhas 3 (confira-se também a tabela de folha 28), a existência de vício formal na tipificação da infração, acarretando, segundo tudo indica, a sua irregularidade nos termos do art. 281, parágrafo único, I do CTB, transcrito às folhas 4.

Tais aspectos, porém, não foram levados em conta pela autoridade que apreciou a defesa prévia, a qual invocou motivos determinantes aparentemente impróprios ou inadequados.

Lição doutrinária: "Motivo é o pressuposto de fato que autoriza ou exige a prática do ato. É, pois, a situação do mundo empírico que deve ser tomada em conta para a prática do ato. Logo, é externo ao ato. Inclusive o antecede. Por isso não pode ser considerado como parte, como elemento do ato. O motivo pode ser previsto em lei ou não. Quando previsto em lei, o agente só pode praticar o ato se houver ocorrido a situação prevista. Quando não há previsão legal, o agente tem liberdade de escolha da situação (motivo) em vista da qual editará o ato. É que, mesmo se a lei


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

não alude expressamente aos motivos propiciatórios ou exigentes de um ato, nem por isto haverá liberdade para expedi-lo sem motivo ou perante um motivo qualquer. Só serão de aceitar os que possam ser havidos como implicitamente admitidos pela lei à vista daquele caso concreto, por corresponderem a supostos fáticos idôneos para demandar ou comportar a prática daquele específico ato, espelhando, dessarte, sintonia com a finalidade legal. Vale dizer: prestantes serão os motivos que revelem pertinência lógica, adequação racional ao conteúdo do ato, ao lume do interesse prestigiado na lei aplicanda. Além disto, em todo e qualquer caso, se o agente se embasar na ocorrência de um dado motivo, a validade do ato dependerá da existência do motivo que houver sido enunciado. Isto é, se o motivo que invocou for inexistente, o ato será inválido. É esta vinculação do administrador ao motivo que houver alegado que se conhece doutrinariamente como "teoria dos motivos determinantes", à qual se fará referência a breve trecho. Assim, por exemplo, se o agente disser que remove o funcionário tal por ausência de trabalho suficiente no local em que presta o serviço, o ato será invalidável se o funcionário demonstrar que, pelo contrário, havia acúmulo de serviço na unidade em que trabalhava" (BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. Malheiros. São Paulo: 2007. pp. 381-382)

Nesse sentido, à míngua de qualquer contraprova no presente caso, vez que o réu, citado, não trouxe aos autos cópia integral do processo administrativo, é de rigor o acolhimento da ação, com a aceitação das razões trazidas pela autora.

Ante o exposto, julgo procedente a ação movida por **Turino e Oliveira Ltda EPP** contra o **Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo**, para anular o auto de infração nº 3C160407-4.

Sem verbas sucumbenciais, no juizado especial.

**Transitada em julgado, intime-se o réu para em 10 dias comprovar o cumprimento da anulação do auto de infração.**

P.I.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

São Carlos, 21 de junho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**